

REGIÃO, DISCURSO E REPRESENTAÇÃO: A AMAZÔNIA NOS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO

Region, discourse and representation: the Amazon in the development plans

João Santos Nahum

Universidade Federal do Pará
Faculdade de Geografia e Cartografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Avenida Augusto Corrêa, 01, Campus Básico
Guamá-Belém-PA CEP: 66075-110
joaonahum@ufpa.br

RESUMO

A organização espacial amazônica, durante as últimas quatro décadas do século XX, não pode ser compreendida sem o exame atento dos Planos de Desenvolvimento da Amazônia, PDAs. Eles sintetizam ações políticas que buscam integrá-la ao modelo de crescimento econômico da época, ocupando-a e reafirmando a soberania nacional nesta fração do território brasileiro. Analisamos neste artigo a relação entre região e representação nesses planos. Trata-se de um debate que reitera as pesquisas da geografia política, mormente ao pensar as relações entre política e território nas diversas escalas. Privilegiamos a região e a escala regional por se fazerem presentes nos programas, planos e políticas de desenvolvimento que este país conhece, principalmente, nas últimas quatro décadas do século XX e a primeira do XXI. Examinamos os temas natureza, espaço e população por meio dos quais se fala da referida região nestes planos, destacando o que eles silenciam. Objetivamos revelar a existência de uma representação região-personagem que oculta os interesses que presidem, sustentam e estruturam tais planos. Nas três primeiras partes discorremos sobre as ideias de natureza enquanto recurso, de espaço vazio e de homem estatístico presentes nos referidos planos. A quarta parte constitui a síntese conclusiva, onde mostramos a formação discursiva da representação de região enquanto sujeito e conceito obstáculo.

Palavras chave: Amazônia. Região. Representação. Planos de desenvolvimento.

ABSTRACT

The spatial organization of the Amazon during the last four decades of the 20th century, can't be understood without careful examination of the Development Plans Amazon, PDAs They synthesize political actions that seek to integrate it into economic growth model of the time, occupying it and reaffirming national sovereignty in this fraction of the Brazilian territory. We analyze in this article the relationship between region and representation in these plans. It's a debate that reiterates geopolitical research, particularly regarding the link between politics and territory at various scales. We favor the regional scale as they are present in the programs, plans and development policies undertaken by this country; particularly in the last four decades of the 20th century and the first decade of the 21st Century. We examined nature, space and population within the defined region of the plan highlighting hidden issues. We aimed to reveal the existence of a region-character representation that hide the interests which they preside, support and structure such plans. In the first three parts discourse about the ideas of nature as resource, empty space and statistic man present in these plans as mentioned before. The fourth part constitutes the conclusive synthesis, where we show the formation of discursive representation region as a subject and obstacle concept.

Keywords: Amazon. Region. Representation. Developing plans.

1 INTRODUÇÃO

A organização espacial amazônica,

durante as últimas quatro décadas do século XX, não pode ser compreendida sem o exame atento dos Planos de Desenvolvimento da

Amazônia, PDAs. Eles sintetizam ações políticas que buscam integrá-la ao modelo de crescimento econômico da época, ocupando-a e reafirmando a soberania nacional nesta fração do território brasileiro. Podemos dizer que a partir desses planos de desenvolvimento desencadeiam um reordenamento socioeconômico e territorial da região.

Nosso ponto de partida é que nos Planos de Desenvolvimento da Amazônia (PDAs) temos um gênero de política planejada que reinventa a região, quer como fronteira agrícola I PDA (1972-75), quer como fronteira agromineral II PDA (1975-79), ou como fronteira da biotecnologia, do ecoturismo e do desenvolvimento sustentável PDA (1992-95) e PDA (1994-97).

Analisamos neste artigo a relação entre região, discurso e representação nos Planos de Desenvolvimento da Amazônia (PDAs). Trata-se de um assunto que reitera as pesquisas da geografia política, mormente ao pensar as relações entre política e território nas diversas escalas. Privilegiamos a região e a escala regional por se fazerem presentes nos programas, planos e políticas de desenvolvimento que este país conhece, principalmente, nas últimas quatro décadas do século XX e a primeira do XXI.

Centramos a análise nos três primeiros planos de desenvolvimento, que seguindo ao tom discursivo dos PDAs, difundem uma representação de região que precisava ser integrada, ocupada, valorizada e desenvolvida economicamente. No curto espaço de um artigo não podemos contemplar todos os planos, visto que é complicado caracterizar regularidades discursivas de enunciados e temas tão díspares, que oscilam entre valorização e desenvolvimento (I, II e III PDAs), passando pela democratização (PDA da Nova República) e indo até o desenvolvimento sustentável (PDA 92-94 e PDA 94-97). Ademais, nos PDAs, pelo fato de seus objetivos, metas e estratégias expressarem a resultante momentânea de um estágio de luta entre as várias frações de interesses no bloco do poder, cada conjunto de temas e enunciados tem um campo discursivo particular. Isso torna bastante complexa e longa a tarefa de

considerar todos os planos.

Objetivamos revelar a existência de uma representação região personagem, como se a região fosse uma entidade que precisasse ser ocupada, desenvolvida, sustentada, protegida; e as estratégias de desenvolvimento contidas nos planos beneficiassem os amazônidas, independente dos gêneros de vida, de classe social e bloco no poder, tornando-se um imperativo categórico inquestionável; de modo que nos PDAs os projetos e programas de agropecuários, de exploração e beneficiamento minerais e energéticos são as únicas formas possíveis de usos dos recursos naturais da região.

A personificação da ideia de região tão somente oculta os interesses que presidem, sustentam e estruturam tais planos. Os sucessivos planos - I PDA (1972-74), II PDA (1975-79), III PDA (1980-85), PDA da Nova República (1986-89), PDA (1992-95), PDA (1994-97)- reafirmam a região personagem, tal como criticada em Lacoste (1989). Nos PDAs em questão, encontramos alguns temas por meio dos quais se representa e discursa sobre a Amazônia. E todo discurso é um ordenar do mundo, principalmente quando norteado por uma estrutura de capital simbólico, conforme elabora Bourdieu (1989). Olhando os PDAs nos deparamos com uma intransigente vontade de ordenar o mundo amazônico, formatando-o num sumário esquemático que, com maior ou menor intensidade, tricotomiza-o em recursos naturais, aspectos humanos e aspectos econômicos. Aqui se faz presente a razão fragmentária mostrada por Moreira (1993a; 2006). Desse modo, os temas enunciativos, longe de acaso, constituem exemplos desse tipo de razão contida nos PDAs.

A natureza é um tema que logo vem à tona, sendo que em todos esses planos lhe são feitas referências, quer de maneira geral, quer lhe dedicando um capítulo específico sob o título de recursos naturais. Porém, que função enunciativa possui o tema natureza nesse discurso?

O tema espaço é outro constante e vem frequentemente acompanhado do adjetivo vazio ou da expressão a ser ocupado e/ou integrado ao conjunto do espaço nacional e

mundial. Mas, quando o espaço é enunciado dessa forma, que funções ele cumpre?

O tema homem surge timidamente nos PDAs, sob o rótulo de população, mão-de-obra, pessoas, trabalhador rural, dentre outros. Esse homem vem geralmente associado à ideia de ocupação, colonização oficial ou espontânea, migrações; enfim, é um homem que vem ser o objeto que vai ocupar o espaço, adjetivado de vazio e explorar racionalmente os recursos naturais. Esse homem geralmente aparece como objeto, quer das políticas de colonização, quer das atividades economicamente produtivas, daí ele estar próximo de um homem objeto. Entretanto que função é impressa ao tema homem nos PDAs?

A região também aparece nos enunciados discursivos dos PDAs. Esse tema vem bastante ligado ao tema natureza e ao espaço sendo necessário algum esforço para discerni-los. Explico-me: a região nos PDAs está diretamente relacionada à exploração dos recursos naturais e à ocupação de espaços vazios. Sendo assim, o papel da região no subsistema nacional é determinado diretamente por seu crescimento econômico a partir do uso desses recursos pelos grandes empreendimentos de exploração e beneficiamento minerais e metalúrgicos, agropecuários e energéticos- viabilizados por meio de ações políticas do estado- e pelo adensamento demográfico, proliferação e expansão das cidades- corolário de uma dinâmica esquizofrênica de desenvolvimento econômico, que condena a região a exportar *commodities*, sem qualquer responsabilidade territorial para com o lugar. Todavia, que função enunciativa o tema região exerce dentro dos discursos dos PDAs?

A análise da função enunciativa que cada tema desempenha nos discursos é importante para nos conduzir ao campo extra-discursivo, não para dizer que nesta esfera encontramos delineados os temas ora analisados. Mas tão somente para enfatizar como o discursivo contribui para a edificação de uma determinada representação do não discursivo. Portanto, partimos do campo discursivo para chegar ao extra-discursivo, não nos esquecendo de relacioná-los.

Ao relacionarmos os temas, natureza, espaço e homem, partes de um discurso e representação acerca da Amazônia, visualizamos a região personagem nesses planos. A representação discursiva de região personagem constitui uma prática sobre a referida região; mais do que a junção de signos, é a expressão de uma vontade de verdade, potência silenciadora de outras vontades, discursos e sujeitos. Assim, um discurso de Amazônia emerge.

Nas três primeiras partes deste artigo discorreremos sobre como a ideia de natureza enquanto recurso, de espaço vazio e de homem estatístico presentes nos referidos planos. A quarta parte corresponde à síntese conclusiva, onde mostramos a formação discursiva da representação de região personagem enquanto sujeito e conceito obstáculo.

2 UMA NATUREZA FORNECEDORA DE MATÉRIAS-PRIMAS

As potencialidades naturais da Amazônia têm um capítulo nos PDAs. No conjunto são descrições sobre as potencialidades da floresta,

A Floresta Amazônica é o recurso natural que apresenta condições de aproveitamento econômico mais imediato. Em relação aos produtos de procedência florestal já conhecidos e com influência na balança comercial da região, como a Borracha, a Castanha-do-pará, o Pau-rosa, o Babaçu, o PDAM programa e projeta um elenco de medidas hábeis capazes de permitir a racionalização dessa produção, através da modificação dos métodos rudimentares de exploração ainda utilizados, de modo a conferir caráter de permanência e estabilidade econômica a essas atividades. (SUDAM, 1971, p. 44).

do solo,

É verdade que a maior parte do território da Região é constituída de solos fracos, entremeados de algumas manchas de solos férteis e aptos para agricultura e pecuária. Essas manchas, entretanto, embora sejam pequenas em termos regionais, são bastante consideráveis em termos absolutos. É o que

ocorre, por exemplo, com as várzeas, que, embora ocupem apenas cerca de 2% da área da Região, perfazem alguns milhões de hectares de terras bastante férteis, que, em alguns casos, chegam até a dispensar a necessidade de adubação. Fenômeno semelhante pode ser observado em relação a alguns solos de terra firme, por exemplo, as terras roxas do Xingu e da região de Altamira. (SUDAM, 1976, p.7).

do subsolo,

Entre as reservas de maior importância para o desenvolvimento regional, destacam-se as de bauxita metalúrgica, na área do rio Trombetas e em Paragominas, dimensionadas em 4,6 bilhões de toneladas; de ferro da serra dos Carajás com 18 bilhões de toneladas de hematita; as de cassiterita do sul do Pará avaliadas em 70 mil toneladas; as de bauxita refratária, na região de Almerim, com um volume estimado em 100 milhões de toneladas e cuja cotação no mercado internacional é 7 vezes maior do que a bauxita metalúrgica; as de caulim para aplicação e recobrimento de papel, com um potencial estimado em 1 bilhão de toneladas, localizadas nos Rios Jari e Capim; e as de sal-gema, localizadas nos Municípios de Aveiro e Itaituba, estimados em 46 milhões de toneladas. (SUDAM, 1982, p. 24-25).

A natureza é considerada recurso, fonte de matéria-prima. Mas qual o papel deste enunciado na representação discursiva de região amazônica nos PDAs? Nos enunciados dos PDAs, a natureza é representada como estoque de recursos a serem utilizados por agentes ligados a vários setores da sociedade civil e política. Desse modo, é preciso conhecer para utilizar, por isso projetos de levantamento aerofotogramétricos, cartográficos, pedológicos, minerais, dentre outros, foram financiados e criados.

O conhecimento dessa natureza é fundamental para inseri-la num processo de produção racional, eficiente. Porém, há uma contradição de fundo contida nesse discurso. O tema natureza, quando emerge nos PDAs, é físico: é a somatória das potencialidades encontradas no solo, subsolo, nos rios e florestas da Amazônia. Concebida nesse

campo, a representação de natureza silencia o homem, daí quando os levantamentos das riquezas são efetivados eles focalizam apenas ter. Ora, mais do que uma questão entre ter e usufruir esse raciocínio acaba não englobando as contradições daí provenientes. Todavia, o silenciamento do homem é a função enunciativa desse tema, produzindo o efeito discursivo de que a natureza regionaliza o espaço, como se a floresta instituísse a apropriação da floresta, como se estivéssemos diante de uma região natural.

O corolário disso é o aparecimento de uma natureza neutra, passiva, não sendo concebida enquanto campo de disputa, não se metamorfoseando em territorialidades, não existindo agentes sociais que desenhem no espaço formas diferenciadas de relações de propriedade e processos produtivos. Em suma, a representação de natureza neutra, é o local sem lógica de apropriação social e espacial, a-histórico, anterior a qualquer começo, palco silencioso à espera dos atores e do enredo. Natureza imaculada - anterior a qualquer Adão e Eva, ou mesmo silenciando-os quando aparecem -, trata-se de algo meio sagrado e profano. Sagrado, posto que os seres humanos e sua produção e reprodução da vida material e espiritual, não são admitidos; e profano à medida que é representada como fonte de recursos inesgotáveis, possessões maravilhosas, segundo análise de Greenblatt (1996).

3 A OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS VAZIOS AMAZÔNICOS

No I PDA (1972-74) o espaço amazônico é assim contextualizado:

A expansão de um mercado interno é indispensável para impulsionar este crescimento. A conquista planejada dos espaços vazios amazônicos trará como conseqüência, a extensão da fronteira econômica e a ampliação do mercado interno, pela integração econômica e social da Amazônia ao sudeste Brasileiro.

A efetiva integração da Amazônia ao processo de desenvolvimento econômico brasileiro será obtida através da ocupação

efetiva e racional dos espaços vazios e *pari pasu*, uma reformulação progressiva dos setores produtivos (SUDAM, 1971, p. 13-16).

Esse quadro é reiterado no II PDA (1975-79):

UMA REGIÃO PIONEIRA EM FASE DE MUDANÇA [...] Essa caracterização dos recursos naturais disponíveis e as perspectivas de mercado em futuro próximo, para os mesmos; a população e posse da terra evidenciando um forte contraste entre áreas de maior densidade relativa, ao lado de espaços vazios; complementaridade econômica [...] (SUDAM, 1976, p. 5).

Permaneço no III PDA (1980-85):

do ponto de vista espacial cabe destacar que a Amazônia ainda apresenta hoje como característica predominante, um imenso vazio demográfico (SUDAM, 1982, p. 16).

Nestes planos temos o espaço representado como vazio, sem a ação humana e o caráter contraditório e mediador do trabalho em nossa sociedade não se manifesta. O espaço não é admitido enquanto esfera da sociedade, palco, produto e condicionante de relações sociais; sem relações sociais o espaço está próximo da paisagem, mas não chega a sê-lo. A paisagem ilustra a dinâmica sócio-espacial, movimento tornado possível pela ação de seu ilustre morador, sem ele a paisagem também não existe.

O espaço vazio é o espaço sem dinâmica social e espacial. Porém, há possibilidade de um espaço a-histórico? Não temos essa possibilidade quando tratamos com as ciências que trabalham mais de perto com a análise do devir social em suas várias concatenações, principalmente nas sociedades tecnológicas. O espaço a-histórico está próximo da física newtoniana. Segundo a visão de Newton, o espaço é essencialmente um recipiente absoluto, independente, infinito, tridimensional, eternamente fixo e uniforme, dentro do qual Deus depositou o universo material no momento da criação. (RAY, 1993).

O espaço vazio é possível na mecânica newtoniana, para qual é o substrato passivo onde os fenômenos se desenvolvem. Mas o espaço, segundo Santos (1992, p. 1), longe de vazio, é uma instância da sociedade. De acordo com Corrêa (1993, p. 31-33), o espaço é palco, produto e condicionante de relações sociais. O espaço é um fato social, caso fosse diferente seria passivo, fruto da dinâmica social, porém sem interferir nela. O fato social, na interpretação de Santos (1990, p. 130), é histórico e tem no processo de construção e reconstrução a sua dinâmica, influenciada por múltiplas determinações. Portanto, corroborando com Santos (1990, p. 126-127), dizemos que o espaço não é o reflexo da esfera econômica, se fosse não teria razão de existir, tampouco é fenomênico, pois esse caráter não consegue explicar a sua dinâmica espacial.

O espaço entrelaça estruturas econômicas, políticas, culturais, ideológicas, dentre outras. Tais estruturas assumem forma no arranjo espacial, que, de acordo com Moreira (1993b, p. 37-38) é a espacialização das relações sociais desenvolvidas numa dada sociedade. Espacializar, portanto, é assumir forma: o espaço é forma, na medida em que expressa as várias esferas da sociedade e também influencia nelas. Por ser mediado pelo trabalho humano, o espaço é social e histórico. (Moreira, 1990, p. 104-108).

Todavia, o espaço nos PDAs, é vazio, substrato onde está assentada uma natureza espetáculo, misto de estorvo e herança inerte. O espaço vazio amazônico, em sua função enunciativa, não é neutro. Longe disso, constitui-se num discurso vestido de vontade de verdade; quer se fazer real, existir. Porém, quando se conceitua o espaço amazônico dessa forma, entramos noutra problema: privilegia-se a naturalização da dinâmica histórica. Promove-se uma conversão no olhar que pouco contribui para a metanóia a que nos convida Bourdieu (1989). Ao contrário, coloca-nos viseira que naturaliza a devir social, visto que sua apreensão é forjada pelos instrumentos metodológicos das chamadas ciências naturais.

A função enunciativa espaço vazio, nos PDAs, consegue igualar, no plano discursivo,

o físico e social. Não precisamos de muito esforço para perceber a proximidade desta conceituação daquela de natureza. Ambos, natureza e espaço, nos PDAs, são destituídos de historicidade, tornam-se desumanizados, tendo como função enunciativa o silenciamento do homem. Mas quando é que o homem e a história vão se juntar a essa natureza e espaço.

4 O HOMEM NOS PDAs

Nas seções anteriores mostramos como, nos temas natureza e espaço, os homens concretos são silenciados. Esse silenciamento é recorrente, mesmo nos momentos em que nesses planos são feitas referências ao homem, aliás, essa é a grande função enunciativa desse tema. Nesses PDAs “o homem, ao ocupar uma região, modifica e transforma muitos aspectos naturais de uma área” (SUDAM, 1971, p. 7). Essa afirmação entra em choque com a abordagem de natureza e espaço nesses planos e, conseqüentemente, com o próprio silenciamento do homem aqui desenvolvido? Estaríamos diante de uma concessão ao tema homem, dada a forma como a natureza e o espaço aparecem nesses planos? Chegou o momento de revelar as qualidades do homem que modifica e transforma?

O tema homem, nesses discursos, é enunciado sob as mais variadas formas-recursos humanos (SUDAM, 1982, p. 19), população (SUDAM, 1982, p. 18), contingente de mão-de-obra (SUDAM, 1971, p. 18), pessoas (SUDAM, 1971, p. 35), mão-de-obra qualificada (SUDAM, 1971, p. 17). Enunciado dessa maneira não fica claro se esse homem é negro ou branco, cafuzo, mulato, mameluco ou caboclo; não se expressam as dinâmicas de tempo e espaço diferenciados que cercam cada cultura. Aparece somente enquanto homem, homogêneo, abstrato, mudo e/ou emudecido, sem tempo, nem cultura ou etnia.

O homem enunciado nos PDAs está longe de possuir algum caráter faústico. Aliás, para que tal caráter lhe seja atribuído, é necessário, antes de tudo, que ele exista concretamente, coisa que não é identificada nos enunciados que citamos. A natureza

abstrata desse homem está no fato dele ser enunciado como homem- e homem não existe da mesma forma que não existe fruta. Para existir, é necessário imprimir substância a essa forma, substantivá-la, situá-la em sua cultura e etnia, dinâmica econômica, condição sócio-política, mas isso é silenciado nesses enunciados.

O tema enunciativo homem é o objeto que ocupa o espaço vazio, modificando e transformando a natureza amazônica. O homem objeto aparece para ocupar espaços vazios, vivificando núcleos estáveis de colonização, materializando perspectiva de assentar aproximadamente 100.000 famílias ao longo das estradas, efetivando, então, a colonização oficial enquanto instrumento de base para promover o desenvolvimento da região amazônica. (SUDAM, 1971, p. 23-26)

O homem objeto, despido de sua historicidade, está sujeito à ação política da colonização. Essa contra-reforma agrária, segundo Hébette (2004b), é a resposta oficial do estado aos conflitos de terra e deixa sem solução os problemas decorrentes de uma estrutura agrária construída historicamente na dissociação entre uso da terra e posse da terra - frequentemente, quem usa não tem a posse e que tem a posse não a usa para produzir, mas para especular- que se aprofunda com os movimentos migratórios da década de 1970 e 1980.

Nos PDAs encontramos o colono espontâneo como agente que “empreende a única e perigosa atividade que sabe realizar: destruição da mata e esgotamento do solo pela prática de culturas de subsistência, no conhecido regime de lavoura itinerante.” (SUDAM, 1982, p. 31-32). Ironia, quando o homem objeto aparece como sujeito é para empreender atividade predatória.

O homem objeto é também esboçado como um ser produtivo, ou melhor, está submetido a uma atividade produtiva. É assim que, ao falar do extrativismo vegetal, preconiza-se a transformação gradativa da simples coleta em atividade permanente e racionalizada. Esta “proporcionará a estabilização do homem rural, um aumento dos índices de produtividade e uma ascensão do

nível de vida destas populações” (SUDAM, 1982, p. 16). Aqui, é a atividade produtiva que proporcionará ao homem objeto aumento da produtividade. O problema é que o processo produtivo necessita da força de trabalho humana e essa aparece nos PDAs como objeto.

Dessa maneira, fala-se nas várias atividades econômicas e setores produtivos sem que eles sejam concebidos como construções historicamente determinadas. Ao contrário, aparecem como atividades em si, isoladas umas das outras e sem concebê-las como partes de uma formação sócio-econômica complexa e contraditória. Daí que uma das formas de mencionar o homem, sem que ele fale - esse é outro elemento da função enunciativa neste tema -, é dissolvê-lo como objeto implantado dentro dessas atividades, sem que delas seja agente de sua construção.

O homem objeto é social, mas esse caráter não lhe é atribuído pela própria dinâmica em que vive. Longe disso, ele é dissolvido socialmente na população, sem espaço nem natureza. Concebendo-o dessa forma, temos a dissolução do caráter histórico do fenômeno populacional. Visualizamos, aqui, uma análise que concebe o mundo como o reino das coisas em si, de forma autoexplicativa. Um mundo que trata a população como reino das coisas, cuja função enunciativa é fazer crer e valer que todos são coisificáveis em número e têm de ser mensurados da mesma forma. Um mundo despido de historicidade, não se reconstruindo o processo de produção dessa população, não se conseguindo, dessa forma, ir além de números, e números não constroem história.

Fragmenta-se o homem quando o dissolvemos na população, o resultado disso pode ser visto nos PDAs. O homem aparece categorizado em população que não frequenta escola (SUDAM, 1971, p. 83), população rural (SUDAM, 1971, p. 20), colonos espontâneos (SUDAM, 1976, p. 34), colonos (SUDAM, 1976, 13), fluxos migratórios (SUDAM 1982, p. 47), como se cada adjetivo dessa população fosse auto-evidente.

Uma retotalização da população acontece de forma tosca na equação necessidades *versus* recursos, e que transforma

a população em recursos humanos, tal como nos mostra Moreira (2006). Temos uma concessão à teoria utilitarista-marginalista, na qual preço e valor se confundem, sendo que este último é dado pelo valor de uso, precisamente sua utilidade. Tem-se, por esse meio, a permutação do homem objeto em homem consumidor, podendo-lhe seu caráter criador, sua potencialidade histórica, silenciando-o, em síntese.

O homem ensaia uma tímida aparição no conjunto das relações sociais sob a forma de enunciados como melhoria das condições de vida do trabalhador, produtores e comerciantes, pessoal ocupado na indústria, dentre outros. Porém, não passa de um tímido ensaio, quando as condições concretas são silenciadas. E o desprezar das condições de vida desse homem cumpre a função enunciativa de silenciar o homem, agora anotado como um dado estatístico, multiplicado em população, ocupando o vazio do espaço, sendo mão-de-obra em atividades, consumidor, mas em todos os casos silenciado. O homem, nesse discurso, assemelha-se ao corpo dócil de que nos fala Foucault (1993), adestrado que ficou pelas categorias da demografia e da estatística, que sobre ele constrói todo um conhecimento controlador, matematizando seu modo de ser e agir, desejando que os números espelhem uma realidade mais real que o próprio real.

A natureza a-histórica do homem nos PDAs tem um caráter funcional. O silêncio é constitutivo dos discursos: silencia-se o homem concreto, substituindo-o pelas várias manifestações do homem objeto, impossibilitando-se, por esse meio, a insurgência de qualquer discurso identitário como os provenientes do chamado índio, do camponês, do ribeirinho, do seringueiro, do sem-terra. É como se o silêncio tornasse público a existência de um só espaço, uma só natureza e um só homem, aquele oficialmente é lido nestes planos. Aliás, é isso que atribui ao silêncio essa natureza positiva, ele integra a produção dos sentidos nos discursos, que só dizem o que dizem, porque estão recheados de silêncio.

5 A REGIÃO PERSONAGEM

Nos PDAs o tema região, quando congrega os temas natureza, espaço e homem, adquire fetiche especial. A região amazônica é a fração do território nacional onde estão agrupados por um ato de *regere sacra* uma natureza desumanizada, um espaço neutro e um homem objeto. Isso é revelado quando olhamos os momentos em que a Amazônia é declarada nos termos da lei, quer com a criação da SUDAM e do BASA, com sua área de abrangência, quer com a criação dos chamados pólos de desenvolvimento, nos quais, por exemplo, a Albrás\Alunorte e Carajás, constituem estados dentro do estado, ou quer com a criação da Zona Franca de Manaus, em todos esses momentos temos um

acto mágico [...] [que], introduz por decreto uma descontinuidade decisória na continuidade natural [...], acto que consiste em 'traçar as fronteiras em linhas rectas', em separar o 'interior do exterior,[...] o território nacional do estrangeiro' [...] (BOURDIEU, 1989, p. 113-114).

Nesse discurso não há história, pois aquele que a deveria construir tornou-se número. Se não há homens para fazer a história, nesses discursos, quem faz é a região personagem. Elucida-se, por esse meio, a função enunciativa do tema região nos enunciados dos PDAs: ele consubstancia os silenciamentos do homem no tema natureza, no tema espaço e no tema homem objeto, é dessa maneira que o espaço, digo a região, torna-se sujeito, como se as relações entre classes e segmentos sociais fossem relações entre lugares; e não poderia ser de outra forma, posto que aquele encarregado de desenhar a história - ainda que não por sua própria vontade, nem tampouco pela de Deus - ficou mudo, silenciado em números, em bases de uma concepção física de espaço e de natureza enquanto despensa. É assim que se fala em Amazônia explorada, ocupada, produtora de matérias-primas, integrada ao resto do país, *como se fosse a Amazônia quem criasse a Amazônia*, e construisse sua história espacial, numa apologia ao pré-construído. Tem-se a

naturalização das palavras que nos impossibilita a identificação dos sujeitos, seus lugares e desejos, permanecendo o pensamento num estágio de letargia, em que as palavras são tomadas em sua pretensa pureza de signo comunicativo. A Amazônia, por esse meio, aparece como algo não passível de questionamentos, principalmente no campo discursivo.

Quem é o sujeito do discurso que classifica a Amazônia como fronteira? O sujeito tem um estatuto que funciona como interdição, indicador de quem pode falar e tem, reconhecidamente, o direito de utilizar de uma determinada linguagem para discursar sobre algo. Tal reconhecimento, segundo Bourdieu (1985), está em função do capital simbólico que o enunciante imprime a seu ato discursivo. E esse capital não é sinônimo de ideologia. Sendo esta apenas uma dimensão, trata-se muito mais de uma relação de forças, que em torno de um objeto desenham todo um campo de lutas.

Em se tratando de Amazônia e do conjunto de posições que permitem um sujeito perspectivo representá-la como fronteira, verificamos que presidentes, governadores, superintendentes da SUDAM, dentre outros, no período de 1972 a 1985, aparecem como sujeitos com este tipo de capital, ainda que entre eles haja hierarquizações. Mas o sujeito do enunciado não é aquele que o enuncia. Se, por um lado temos esses personagens pronunciando-se sobre a fronteira amazônica e alimentando a função enunciativa deste discurso, por outro, temos claro que o estatuto do sujeito é o que faz com que os discursos que emanem deles sejam respeitados.

Desse modo, devemos perguntar sobre as condições de aceitabilidade de determinado discurso e outro não. Em se tratando da Amazônia e do período em foco, encontramos na SUDAM o estatuto que imprime à palavra um tom de verbo. E mais, é de dentro dela que emanam as diversas posicionalidades que o sujeito pode ocupar ou receber quando profere um discurso. Porém, não é esta instituição quem cria seu próprio estatuto e posicionalidades, estas fazem parte e são criadas no campo de poder estatal. Trata-se,

segundo Bourdieu (1996), de um campo que é palco de lutas com vistas à objetivação de determinado poder de visão e divisão, sendo hegemonizado por agentes com estruturas de capital, qualitativa e quantitativamente superiores ao conjunto dos demais, fazendo valer, por esse meio, o seu capital simbólico. Este,

é a forma que todo tipo de capital assume quando é percebido através das categorias de percepção, produto da incorporação das divisões ou das posições inscritas na estrutura da distribuição desse tipo de capital (como forte\frágil, grande\pequeno, rico\pobre, culto\inculto, etc). Segue-se que o Estado, que dispõe de meios de impor e de inculcar princípios duráveis de visão e de divisão de acordo com suas próprias estruturas, é o lugar, por excelência, da concentração e do exercício do poder simbólico (BOURDIEU, 1996, p. 107).

A ‘Operação Amazônia’, em 1966, é manifestação desses princípios duráveis de visão e divisão que foi capaz de reinventar a Amazônia, enquanto fronteira. Reinventar a região é apresentá-la como parte da nação, planejar políticas públicas que promovem o aparecimento da região personagem. Desse modo, ela já nasce dentro de uma formação discursiva na qual os temas espaço, natureza, homem e região se fazem presentes, tal como o verificamos, aliás, ela é o próprio desejo de imprimir função enunciativa a esses temas: o silenciamento do homem e a emergência da região como sujeito.

A ocupação racional e planejada desse espaço, o aproveitamento do vazio econômico amazônico e a necessidade de unidade na ação planejadora estatal, em sua política regional, com vistas à integração sócio-espacial e político-econômica com o país são reafirmados nos enunciados dos PDAs. Esse coro é porque os agentes compõem o mesmo coral que enuncia em alto e bom som que a Amazônia deve ser ocupada, integrada e desenvolvida economicamente, constituindo a ‘Operação Amazônia’ um conjunto de esforços institucionais, legislativos e executivos neste sentido.

Art. 1. Fica instituída, nos termos do presente Decreto, a ‘Operação Amazônia’, com a finalidade precípua de mobilizar e coordenar os esforços governamentais que se orientarem em favor do desenvolvimento e da reformulação da política federal na região amazônica, no sentido de atualizar e dar novas prioridades a programas de desenvolvimento e de ocupação do território amazônico.

Art.2. Terão prioridade as providências de ordem legislativa e de regulamentação de tarefas executivas que tenham em mira a propositiva de alterações na legislação vigentes, bem como a constituição de organismos públicos e privados, segundo o critério de articulação de ação federal respectiva, na área amazônica (MECOR, [196?] p. 2).

A ‘Operação Amazônica’ ao expressar a preocupação do governo com o desenvolvimento econômico da região, sua ocupação racional, o fortalecimento de suas áreas de fronteira e o desejo de integração da Amazônia ao espaço nacional, consubstancia-se enquanto projeto onde foram depositados os anseios de determinados segmentos e classes sociais. Torna-se o exemplo de que para não se submeter à alienação política é necessário alienar-se politicamente; agora, não existem os interesses específicos de madeireiros individuais ou em grupos, do capital financeiro desejando investir na pecuária ou na agricultura, do capital ligado ao setor de mineração ou de produção de energia, por exemplo, todos abdicam de suas especificidades em função da região; o interesse privado, por esse meio, metamorfoseia-se em público e vice-versa, posto que o governo e o capital nacional privado não obteriam isoladamente sucesso nessa tarefa, imputam-na à Operação tal responsabilidade. Ela é a manifestação de interesses plurais, e mais, é o próprio denominador comum deste. Tendo essa natureza, é ela quem distribui os bens simbólicos que permitirão a determinadas instituições e agentes discursarem.

Dentre as instituições públicas que foram batizados pela ‘Operação Amazônica’, passando a fazer parte de sua constituição, e,

portanto, tendo o estatuto de falar sério e a posicionalidade de onde se pode falar, a SUDAM é o que mais se destaca.

Nascendo vinculada ao Ministério do Interior, responsável pela orientação superior da ação federal na Amazônia, a SUDAM constitui-se em entidade autárquica, com personalidade jurídica e patrimônio próprio, cujas atribuições são, dentre outras:

Art. 10. São atribuições da SUDAM.

a)-elaborar o Plano de Valorização Econômica da Amazônia e coordenar ou promover a sua execução, diretamente, ou mediante convênio com órgãos ou entidades públicas, inclusive sociedades de economia mista, ou através de contrato com pessoas ou entidades privadas;

[...]

c)-coordenar as atividades dos órgãos e entidades federais e supervisionar a elaboração dos seus programas anuais de trabalho;

d)-coordenar a elaboração e a execução dos programas e projetos de interesse para o desenvolvimento econômico da Amazônia a cargo de outros órgãos ou entidades federais;

[...]

g) fiscalizar a elaboração e a execução dos programas e projetos integrantes do Plano de Valorização Econômica da Amazônia ou de interesse para o desenvolvimento econômico da região a cargo de outros órgãos ou entidades federais;

h) fiscalizar o emprego dos recursos financeiros destinados ao Plano de Valorização Econômica da Amazônia, inclusive mediante o confronto de obras e serviços realizados, com os documentos comprobatórios das respectivas despesas;

i)- julgar da prioridade dos projetos ou empreendimentos privados, de interesse para o desenvolvimento econômico da Região visando à concessão de benefícios fiscais ou de colaboração financeira e a sua adequação às respectivas finalidades;

j)- sugerir, relativamente à Amazônia, as providências necessárias à criação, adaptação, transformação ou extinção de órgãos ou entidades, tendo em vista sua capacidade ou eficiência e a sua adequação às respectivas finalidades;

[...]

m)- praticar todos os demais atos necessários as suas funções de órgão de planejamento, promoção e coordenação dos desenvolvimento econômico da Amazônia, respeitando a legislação em vigor (BRASIL, 1968, p. 3-4).

Esse conjunto de atribuições que

cabem à SUDAM convida-nos a pensá-la enquanto exemplo de delegação. Mas tal natureza só é percebida quando se temos em conta o silenciamento do homem nos discursos dos PDAs, que enunciam a Amazônia como fronteira, emergindo, assim, a região como personagem. Somente este silenciamento permite que a SUDAM pouse como exemplo de delegação.

Delegar aqui é fazer-se representar por meio de um discurso de outro, é “encarregar alguém de uma função, de uma missão, transmitindo-lhe o próprio poder que se tem” (BOURDIEU, 1990, p. 188). Desse modo, as atribuições da SUDAM constituem exemplo de delegação. Em outros termos, os diferentes agentes sociais que desenham o arranjo espacial amazônico e constroem discursos sobre esse espaço não poderiam criar cada um, segundo suas particularidades, atribuições legais e institucionalizá-las. O que emerge, então, é um conjunto de leis que norteiam suas ações e possibilitam a emergência da Amazônia enquanto fronteira.

Todavia, temos que ter claro que essas atribuições manifestam interesses particulares e restritos, apenas uma parcela das múltiplas territorialidades existentes nesse espaço. Expressam precisamente alguns setores do capital, quer ligado à mineração, à agricultura, à pesca, ao setor energético ou de transportes, por exemplo; setores que tentam desbravar a floresta, integrar os espaços, ocupar os vazios e desenvolver economicamente a região. As atribuições da SUDAM foram feitas para atender a esse segmento heterogêneo e elas expressam seus anseios, daí se falar em SUDAM como delegação, como materialização de ansiedades individuais que não poderiam ser efetivadas como tal, necessitando de uma instituição que se preocupasse em discursar para todos, para a região. Assim, essas atribuições não estão direcionadas discursivamente em função do capital, em suas várias formas, mas da região. Há novamente a exaltação da região personagem em detrimento dos homens concretos que constroem sua dinâmica, em outros termos, voltamos a nos deparar com o silenciamento do homem.

Não sendo uma pessoa, a SUDAM age como se fosse, dada a concentração de capital simbólico que possui. Trata-se de uma estrutura de capital que pode ser exemplificada de várias maneiras. Ele é visualizado quando se tem em conta que o superintendente da referida instituição é nomeado pelo presidente da república por indicação do ministro do interior e demissível *ad nutum*.

Ele está presente na composição do Conselho Deliberativo da SUDAM:

Art. 16. O Conselho Deliberativo é integrado pelo Superintendente da SUDAM, pelo Presidente do Banco da Amazônia S.A, por um representante do estado-maior das Forças Armadas, um Superintendente da Zona Franca de Manaus, um de cada Estado ou Território integrante da Amazônia, um do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, um do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário, um do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, um da Fundação de Serviço Especial de Saúde Pública, um do Conselho Nacional de Pesquisa e um de cada Ministério a seguir mencionados: Agricultura, Comunicações, Educação e Cultura, Fazenda, Minas e Energia, Planejamento, Relações Exteriores, Saúde, Indústria e Comércio, Trabalho e Previdência social e Transportes. (BRASIL, 1968, p. 6)

Ele se faz presente, também, nas atribuições deste Conselho, dentre outras:

Art. 11. Compete ao conselho Deliberativo:

- a)- Opinar sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia e as suas revisões anuais e encaminhá-los à aprovação da autoridade competente;
- b)- acompanhar a execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, através de relatórios periódicos apresentados pelo superintendente;
- c)- recomendar a adoção de medidas tendentes a facilitar ou acelerar a execução de programas, projetos e obras relacionadas com o desenvolvimento da Amazônia;
- e)- aprovar normas e critérios gerais de análise de projetos e aplicação da legislação e incentivos fiscais. ((BRASIL, 1968, p. 5)

O fato das ações políticas da SUDAM manifestarem estruturas particulares de capital e trabalhar em função das mesmas é constatado, ainda, quando visualizamos o FIDAM, a legislação de concessão de incentivos fiscais e o BASA, todos compoendo a chamada ‘Operação Amazônia’.

Os recursos do FIDAM, Fundo para Investimentos no Desenvolvimento da Amazônia, são aplicados na região via Banco da Amazônia,

[...] diretamente ou através de repasses ou refinanciamentos por ele feitos a outras instituições financeiras, segundo programas anuais e normas estabelecidas pela SUDAM, sem prejuízo das atribuições específicas do Banco Central:

- a)- através de crédito à iniciativa privada para investimentos em empreendimentos declarados pela SUDAM prioritários ao desenvolvimento da Região;
- b)- através de financiamentos à iniciativa privada para pesquisas que visem o aproveitamento de recursos naturais da Região. (BRASIL, 1968, p. 13-14).

O BASA aparece, então, junto com a SUDAM, como instrumento de redenção da Amazônia, cuja riqueza deixará de ser uma fábula. Este banco executará a política relativa ao crédito para o desenvolvimento econômico e social da Amazônia, sendo um agente financeiro da SUDAM na aplicação de recursos para tal tarefa. E é para que tal tarefa seja concretizada que emerge, também, a política de concessão de incentivos fiscais.

Art.1º - Na forma da legislação fiscal aplicável, gozarão as pessoas jurídicas, até o exercício de 1982, inclusive, de isenção de imposto de renda e quaisquer adicionais a que estiverem sujeitos, nas bases a seguir fixadas, com relação aos resultados financeiros obtidos de empreendimentos econômicos situados na área de atuação da Superintendência da Amazônia e por esta considerados de interesse para o desenvolvimento da Região amazônica, conforme as normas regulamentares a serem baixadas por decreto do Poder Executivo.

[...]

Art.17.Todas as pessoas jurídicas registradas

no País poderão deduzir no imposto de renda e seus adicionais.”(BRASIL, 1968, p. 35-36).

A legislação que rege a Operação Amazônia, a SUDAM, o BASA, o FIDAM e a concessão de incentivos fiscais manifestam determinadas estruturas de capital. Trata-se de uma legislação, segundo a qual a região, a Amazônia, é priorizada, silenciando os sujeitos concretos, nela temos o enunciado desenvolvimento econômico como único objetivo da sociedade, em detrimento de outros, como justiça social, segurança, respeito à liberdade e diversidade, além da preservação dos recursos naturais.

É essa legislação que desenha a posicionalidade dos diferentes sujeitos que enunciam a Amazônia como fronteira, aliás, essa legislação alimenta o discurso. Qualquer sujeito que discursar dentro desse conjunto de leis enunciará a Amazônia como fronteira, posto que a estrutura é maior que o sujeito individual, sendo seu silenciamento, ou melhor, a estrutura é a morte do sujeito. Ela aprisiona os falares, fornecendo-lhes substância, ditando o que é permitido falar e quem fala. Ela é a condição que torna possível a emergência da Amazônia Fronteira, e isso só é possível à medida que esse discurso está dentro de uma formação discursiva composta de temas que silenciam o homem.

A posicionalidade do sujeito no discurso de Amazônia Fronteira é o local onde institucionalmente ele recebe vida, função enunciativa. Daí nesse conjunto de leis encontrarmos as regularidades discursivas, práticas que normatizam o falar, interdição do sujeito, do objeto, mostrando claramente que, dentro deste conjunto de regularidades que se confunde com leis, só se pode falar de Amazônia se for enunciada como fronteira. Isso tem plena relação com os PDAs, visto que constituem formas de ação planejadora do campo estatal para a designada região. Eles são regidos pela SUDAM, balizados por um conjunto de leis, desse modo os temas enunciativos que fazem emergir o discurso de fronteira amazônica têm suas posicionalidades nessas leis. O sujeito desse discurso é

constituído pelo conjunto desta legislação que permite a Amazônia ser enunciada dessa forma. O local de onde esse discurso é proferido é a SUDAM, dada a própria concentração e centralização do capital simbólico delegado a essa instituição pelos diversos setores da sociedade, notadamente o segmento representante do capital.

6 CONCLUSÃO

As palavras sonham tornarem-se coisas; os discursos são o deve ser, constituem um tipo de vontade de verdade. Os planos de desenvolvimento da Amazônia ao tentar representar discursivamente a região como espaço vazio, não significa que ela seja; caso contrário, resumiríamos o real à representação que dele se faz. O espaço vazio é mais que uma representação discursiva, ele possui materialidade. É considerando-a que entendemos o porquê de espaço vazio, aos poucos, ele se transforma em espaço de lutas, manifestação de poderes de visão e divisão. Outros discursos entram em cena, adentram o palco social, permitindo a emergência de conflitos, mesmo sem que os planos e políticas federais para a Amazônia a admitam.

A representação discursiva de espaço vazio, assim como o de homem objeto e natureza, fonte de recursos presentes nesses planos, trazem consideráveis implicações. Entendido dessa forma, o homem objeto é o principal meio através do qual se pretendia ocupar o espaço vazio - e por ser vazio, esse homem proviria de outros espaços, seria um migrante.

O migrante tem por assim dizer uma trajetória discursiva. Inicialmente constituem excedentes populacionais, no caso dos chamados migrantes nordestinos, esse excedente populacional era formado por não proprietários dos meios de produção, mas não porque estes se encontrassem altamente desenvolvidos, mas sim porque formas tradicionais de propriedade fundiária não abrem mão de seus domínios e não criam condições para a racionalização do processo produtivo. É assim que o excedente populacional dirigido para a Amazônia, de

certa forma, vai buscar esse espaço vazio, um espaço que ainda não tinha sido cercado, pois é expulso pela cerca que o migrante vem, e não pela seca, como a ideologia da 'indústria da seca' queria que acreditássemos.

Jean Hébert (2004a) analisa a trajetória dos migrantes e dos projetos de colonização. As várias correntes migratórias quando adentram no espaço vazio amazônico são convertidos em recursos humanos para explorar uma natureza, estoque de recursos. Mas esses recursos humanos precisam de terra para que o aproveitamento da natureza fosse materializado. Nesse momento os migrantes percebem que o espaço vazio não existe quando se trata de dinâmica territorial. O que ele encontra é, segundo Oliveira Filho (1979, p.113) ação da ideologia da fronteira, cabendo a essa ideologia transmitir aos indivíduos notícias concretas e parâmetros de comparação que tornem a migração uma escolha vantajosa, aliciando para esse movimento grandes massas humanas apesar dos riscos e dos custos que envolvem.

Os interesses dos migrantes entram em choque com a própria estrutura de poder que lhes estimulou a migrar, entram em choque também com outros agentes presentes nesse espaço, que não é vazio. A partir daí, não fica difícil entender porque o espaço vazio se tornou espaço de conflitos, segundo Bourdieu (1989) palco, produto e condicionante de lutas pelo poder de visão e divisão.

A ideia de natureza, enquanto fonte de recursos, é outro elemento discursivo nas mãos dos planejadores quando eles pensam, constroem e instituem políticas regionais para a Amazônia. Tendo essa ideia em mente que se desencadeiam vários programas e projetos para conhecer melhor a diversidade e as possibilidades econômicas oferecidas para esse espaço. Do avanço dessas pesquisas e do poder dos interesses que as envolvem a nível regional, nacional e internacional, emerge o papel da região na divisão espacial do trabalho, chegamos assim à ideia de região funcional.

Trabalhamos com a hipótese estruturadora de que nos planos de

desenvolvimento da Amazônia temos um conjunto de enunciados por meio dos quais se constrói um discurso e uma representação de região personagem, conceito obstáculo.

Quando essa categoria é representada como personagem edifica-se um verdadeiro obstáculo que dificulta o entendimento dos jogos de interesses no bloco do poder e isso se faz presente nos planos regionais de desenvolvimento.

Milton Santos (2006) inclui o planejamento dentre as causas do subdesenvolvimento. Isso é reiterado na Amazônia e a sua dinâmica territorial, durante as últimas quatro décadas do século XX e a primeira do XXI, não pode ser compreendida sem o exame atento dos Planos de Desenvolvimento da Amazônia, Plano Amazônia Sustentável, Plano Nacional de Ordenamento Territorial, Programa de Aceleração do Crescimento, e os Planos Plurianuais. Um plano mais audacioso e arrojado que o outro. Em todos consta entre os objetivos e metas: "eliminar as desigualdades regionais e sociais". Os dados e fatos indicam que ainda estamos longe de alcançar a eliminação das desigualdades regionais e sociais.

A história dos planos de desenvolvimento na Amazônia revela que, independentemente da matriz escalar ser a região ou o território, eles apenas sistematizam a vontade de comandos exógenos aos lugares para onde foram elaborados. Aliás, nessa região, o planejamento do desenvolvimento se confunde com ações políticas estatais para viabilizar usos do território mais rentáveis para os investidores estrangeiro.

Os problemas sociais, ambientais, econômicos, em suma o preço territorial que o estado paga por essa perda de autonomia é alto demais. Segundo Pinto (2009), o Pará torna-se estado colonial por causa da sua função extrativa, não consegue transformar seu crescimento em progresso. O modelo continua a ser o do rabo de cavalo: crescimento para baixo.

O ônus desse modelo revela-se em todos os quadrantes do território paraense, por exemplo, a cada nova área de ocupação urbana

e rural construída nos arredores de empreendimentos programados, legitimados e em muitos casos financiados com dinheiro público. Espaços onde a cidadania está longe de ser realizar.

O que revela uma espécie de esquizofrenia do desenvolvimento e do território, posto que os empreendimentos minerais, energéticos e agropecuários constituem verdadeiros eventos que desorganizam o lugar, remexendo-o, desequilibrando-o, em suma *des-envolvendo-o*. Isso porque se trata de um desenvolvimento construído para beneficiar quem não está no lugar onde tais empreendimentos aportam. Portanto, permitindo que a dinâmica territorial local seja esquizofrênica, isto é, no lugar realizam-se ações e constroem-se processos produtivos que atentam contra a condição de existência o lugar. Esquizofrênico porque pensa em desenvolver a região ao mesmo tempo em que oculta e não cria possibilidades de escolha aos habitantes do lugar.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. “¿Qué significa hablar?” Madrid: Akal. 1985.
- _____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Berthand do Brasil S/A. 1989.
- _____. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense. 1990.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papiurus. 1996.
- BRASIL. Ministério do Interior. SUDAM. **Operação Amazônia**. (Discursos). Belém, 1968.
- CORRÊA, Roberto Lobato. O Espaço geográfico: Algumas considerações. In: SANTOS, Milton (Org.). **Novos rumos da geografia brasileira**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1993. p. 25-34.
- PINTO, Lúcio Flávio. O Pará atrasado. **Jornal Pessoal**: a agenda amazônica de Lúcio Flavio Pinto. 2009. Disponível em: <<http://www.lucioflaviopinto.com.br/?p=1212>>. Acesso em: 26 ago. 2010.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. história da violência nas prisões. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.
- GREENBLATT, Stephen. **Possessões maravilhosas**: o deslumbramento do novo mundo. São Paulo: Edusp, 1996.
- GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS. **Operação amazônica e a integração nacional**: Discursos. Manaus: Secretaria de Imprensa e Divulgação, 1967.
- HÉBETTE, Jean. **Cruzando fronteira**: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: EdUFPA, 2004a. v. 1. (Migração, colonização e ilusões de desenvolvimento).
- _____. **Cruzando fronteira**. 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: EdUFPA, 2004b. v. 2. (A questão agrária: problemas e conflitos não resolvidos).
- LACOSTE, Yves. **A geografia**: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. 2. ed: Campinas, SP: Papiurus. 1989.
- MACHADO, Roberto. **Ciência e saber**: a trajetória arqueológica de Foucault. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- MECOR. **Operação Amazônia** (relatório ministerial apresentado à consideração do Senhor Presidente da República pelo Ministro Extraordinário para Coordenação dos Organismos Regionais). S/l.[196?]
- MOREIRA, Ruy. **O que é geografia**. São Paulo: Círculo do Livro, 1990.
- _____. Repensando a geografia. In: SANTOS, Milton (Org.). **Novos rumos da geografia brasileira**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1993. p. 35-49.

_____. **O círculo e a espiral: a crise paradigmática do mundo moderno.** [s.n.]: Obra Aberta, 1993.

_____. **Para onde vai o pensamento geográfico?.** São Paulo: Contexto, 2006.

OLIVEIRA FILHO, João Pachêco de. O caboclo e o bravo. **Encontros com a civilização brasileira.** 11. 1979.

RAY, Christopher. **Tempo espaço e filosofia.** Campinas, SP: Papyrus, 1993.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova.** 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

_____. **Espaço e método.** 3. ed. São Paulo: Nobel, 1992.

_____. **Economia espacial.** São Paulo: Edusp, 2006.

SUDAM. **I Plano de desenvolvimento da Amazônia: (1972-74).** Belém, 1971.

_____. **II plano de desenvolvimento da Amazônia: (1975-79).** Detalhamento do II PND. Belém, 1976.

_____. **III plano de desenvolvimento da Amazônia: (1980-85).** Belém, 1982.

_____. **I plano de desenvolvimento da Amazônia: nova república. (1986-1989).** Belém, 1986.

_____. **Plano de desenvolvimento da Amazônia: (1992-95).** 3 Versão Consolidada. (Resumo Executivo). Belém, 1992.

_____. **Plano de desenvolvimento da Amazônia: (1994-1997).** Belém, 1993.

Data de envio: 26.08.2010

Data de aceite: 08.10.2010